CNTC
Somos todos nós

Agenda Legislativa

Prioridades 2025

www.cntc.org.br

CNTC
Somos todos nós

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

Agenda Legislativa

Prioridades 2025

Índice

Apresentação	**06**
Siglas	**07**
Entenda a ficha de cada proposição	**10**
Proposições	**12**
Diretoria	**27**

Apresentação

A CNTC apresenta a Agenda Legislativa para o exercício 2025.

O objetivo é trazer a todos informações das comissões e de vários projetos que estão em debate na Câmara e no Senado.

A partir desta agenda, todos poderão acompanhar o andamento dos projetos e estarem preparados para fazer a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Esperamos que todos possam atuar junto aos deputados e senadores de sua região, sempre levando argumentos para defender os direitos importantes para todos os trabalhadores.

A Diretoria

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

Siglas

CD – Câmara dos Deputados
SF – Senado Federal
CN – Congresso Nacional
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLP – Projeto de Lei Complementar
PL – Projeto de Lei
MPV – Medida Provisória
PLV – Projeto de Lei de Conversão
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
REQ – Requerimento
RIC – Requerimento de Informação

Comissões Permanentes Câmara dos Deputados

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CASP - Comissão de Administração e Serviço Público
CCJC- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCOM - Comissão de Comunicação
CCTI - Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação
CDC - Comissão de Defesa do Consumidor
CDE - Comissão de Desenvolvimento Econômico
CDHMIR - Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial
CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano
CE - Comissão de Educação
CESP - Comissão do Esporte
CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT - Comissão de Finanças e Tributação
CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços
CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CINDRE - Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
CLP - Comissão de Legislação Participativa
CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME - Comissão de Minas e Energia
CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CPASF - Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família
CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CPOVOS - Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais
CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSAUDE - Comissão de Saúde
CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CTRAB - Comissão de Trabalho
CTUR - Comissão de Turismo
CULT - Comissão de Cultura
CVT - Comissão de Viação e Transportes

Siglas

Comissões Permanentes Senado Federal

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDD - Comissão de Defesa da Democracia
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CESP - Comissão de Esporte
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA – Comissão de Meio Ambiente
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSP - Comissão de Segurança Pública
CTFC – Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Comissões Mistas Permanentes Congresso Nacional

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
CMCPLP - Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
CMMIR – Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entenda a ficha de cada proposição

Proposição – tema da proposta

- **Tipo da proposição** (PEC, PLP, PL, MPV)
- **Temática** (ex: REFORMA ADMINISTRATIVA)

O QUE É: Menciona o autor da proposição, a ementa e um breve resumo sobre o conteúdo da proposta legislativa.

ONDE ESTÁ TRAMITANDO: Informa a Casa onde está tramitando a matéria e outras informações referentes à tramitação, como o relator e situação do parecer.

PRÓXIMAS ETAPAS: Órgão ou comissão onde tramitou e tramita atualmente. E as próximas etapas de tramitação na Casa Legislativa – Câmara dos Deputados ou Senado Federal.

Proposições

Altera os valores da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e isente quem ganha R$ 5 mil por mês

PL 1087/2025: Apresentado pelo Poder Executivo -Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados aguarda parecer do relator, deputado Arthur Lira (PP-AL) na Comissão Especial
Próximas etapas: Comissão Especial – Plenário da Câmara - Senado Federal.

Fim da Escala 6x1

PEC 8/2025: Apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e outros - Dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7° da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.
O projeto dá fim a escala de trabalho 6x1 e estabelece a jornada 4x3.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados a matéria aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.
Próximas etapas: Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Estabelece que as atividades de movimentação de mercadorias deverão ser realizadas em regime de trabalho avulso

PL 3361/2012: apresentado pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC) - Altera a Lei n° 12.023, de 27 de agosto de 2009. Estabelece que as atividades de movimentação de mercadorias deverão ser realizadas em regime de trabalho avulso.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Leo Prates (PDT-BA) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB - CCJC - Senado Federal.

Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias

PL 4335/2023: apresentado pelo deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) - Altera a Lei n° 12.023, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, está apensado ao PL 3361/2012, que aguarda parecer do relator, deputado Leo Prates (PDT-BA) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB - CCJC - Senado Federal.

Regime de trabalho nos portos organizados

PL 2868/2011: apresentado pelo ex-deputado Carlos Bezerra (MDB-MT) - Altera a redação do art. 14 da Lei n° 4.860, de 26 de novembro de 1965, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, para estender aos trabalhadores avulsos e empregados o adicional de risco portuário.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB - CCJC - Senado Federal.

Compensação no banco de horas do descanso semanal remunerado nas atividades do comércio

PL 6141/2013: apresentado pelo ex-deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE) - Acrescenta § 2° ao art. 6° da Lei n° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a compensação no banco de horas do descanso semanal remunerado nas atividades do comércio.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, está apensado ao PL 342/2003, que aguarda parecer do relator, deputado Sanderson (PL-RS) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CCJC – Senado Federal.

Jornada de trabalho

_: apresentado pelo ex-deputado Paes Landim (UNIÃO-PI) - Altera a redação do Capítulo II do Título II, arts. 57 a 73, da Consolidação das Leis do Trabalho.
O projeto estabelece normas e critérios para o estabelecimento da jornada de trabalho, jornada extraordinária, trabalho noturno e trabalho aos domingos; fixando novos valores para hora-extra, cálculo do salário-hora, salário-dia e períodos de descanso.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Sanderson (PL-RS) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CCJC – Senado Federal.

Trabalho em feriado

PL 5596/2023 : apresentado pelo deputado General Girão (PL-RN) e outros - Altera o art. 6°-A da Lei n° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir o trabalho em feriados nas atividades de comércio em geral.
O projeto visa permitir o trabalho em feriados nas atividades de comércio em geral.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 2369/2015 que aguarda parecer de relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Convenção coletiva para definir trabalho no domingo e feriado

PL 2321/2015: apresentado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE) - Estabelece que as categorias compostas por restaurantes, bares, barracas de praia e similares e hotéis, pousadas e similares não estão inclusas na de "comércio em geral".
O projeto permite o trabalho aos domingos e feriados no comércio, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e respeitada a legislação municipal.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Etapas: CCJC – Senado Federal

Autoriza trabalho em feriados nas atividades do comércio

PL 5543/2023: apresentado pelo deputado Mendonça Filho (UNIÃO-PE) - Altera a Lei n° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para autorizar o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 2369/2015 que aguarda parecer de relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Trabalho aos domingos e feriados

PL 6102/2019: apresentado pelo ex-deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) - Altera e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e revoga artigos da Lei n° 605, de 5 de janeiro de 1949, e da Lei n° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre o trabalho aos domingos e feriados.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 2369/2015 que aguarda parecer de relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Trabalho aos domingos e feriados

PL 2369/2015: apresentado pelo deputado Domingos Neto (PSD-CE) - Dá nova redação ao artigo 67 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1° de maio de 1943, para dispor sobre o período máximo para fruição pelo empregado, da folga coincidente com o Domingo.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer de relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Possibilita que empregadores e empregados celebrem acordos diretos para viabilizar o trabalho em feriados

PL 5519/2023: apresentado pelo deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Altera a Lei n.° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para possibilitar que empregadores e empregados celebrem acordos diretos para viabilizar o trabalho em feriados, nas atividades do comércio em geral.

Permite o trabalho em domingos e feriados nas atividades do comércio em geral, mediante acordo individual ou autorização em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 2369/2015 que aguarda parecer de relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Proíbe exigência de autorização de sindicato para trabalhar em feriados

PL 3747/2019: apresentado pelo deputado Glaustin da Fokus (PODE-GO) - Acrescenta parágrafo único ao art. 6°-A da Lei n° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para vedar o estabelecimento de cláusula de convenção coletiva que condicione a permissão para o trabalho aos feriados à assinatura de termo de adesão ou a qualquer outro procedimento que requeira autenticação, homologação, autorização ou aprovação de sindicato.

A proposta proíbe exigência de autorização de sindicato para trabalhar em feriados.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Dispensa de acordo coletivo para trabalhar aos domingos e feriados

PL 3737/2015: apresentado pelo ex-deputado Herculano Passos (REPUBLICANOS-SP) - Altera a Lei n° 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências, para dispor sobre o trabalho nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos.

O projeto busca estabelecer a dispensa de acordo coletivo prévio para abertura de estabelecimentos aos domingos e feriados, quando a atividade da empresa tiver permissão permanente para abertura nesses dias.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda deliberação do Recurso contra a apreciação conclusiva de comissão na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Etapas: CCJC – Senado Federal.

Garante à comerciária o direito de descanso quinzenal remunerado aos domingos

PL 602/2024: apresentado pelo deputado Jonas Donizette (PSB-SP) - Altera a Lei nº 10.101, de 2000, para garantir à comerciária o direito de descanso quinzenal remunerado aos domingos.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer da relatora, deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER).
Etapas: CMULHER – CTRAB - CCJC -Senado Federal.

Susta funcionamento de supermercados aos domingos

PDC 738/2017: apresentado pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) - Susta o Decreto nº 9.127, de 16 de agosto de 2017, que altera o Decreto 27.048, de 12 de agosto de 1949, para incluir o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e aos feriados civis e religiosos.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CICS - CCJC -Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Susta portaria que liberou trabalho aos domingos

PDL 427/2019: apresentado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) - Susta a Portaria nº 604, de 18 de junho de 2019, que "Dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste, do PDL 428/2019, e do PDL 390/2020, apensados, com Substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).
Etapas: CDE – CICS - CTRAB - CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Estabelece que a duração normal do trabalho não poderá exceder quarenta horas semanais

PL 67/2025: apresentado pela deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013, para estabelecer que a duração normal do trabalho não poderá exceder quarenta horas semanais e para garantir ao menos dois dias semanais de repouso remunerado aos trabalhadores.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB - CCJC –Senado Federal.

Limita e torna facultativas as contribuições para o "Sistema S"

PL 6505/2019: apresentado pelo ex-deputado Eli Borges (PL-TO)- Altera os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e 9.853, de 13 de setembro de 1946; as Leis n°s 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; e a Medida Provisória n° 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a participação de representantes dos trabalhadores na administração das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, chamado Sistema S.

O projeto altera as leis que designam as contribuições destinadas à maior parte das entidades constituintes do Sistema S, estabelecendo que estes encargos sejam facultativos às empresas, além de dar maior transparência a estes tributos.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Etapas: CPASF – CFT - CCJC - Senado Federal.

Extingue contribuições dos hospitais para o chamado Sistema S

PL 474/2022: apresentado pela ex-deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) e outros - Altera os Decretos-Leis n° 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei n° 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S.

O projeto prevê a não incidência das contribuições relativas ao Sistema S para os estabelecimentos hospitalares e demais estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Florentino Neto (PT-PI) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Etapas: CFT - CCJC - Senado Federal.

Destina a transportes parcela do Sistema S recolhida de indústria e comércio

PL 8211/2017: apresentado pelo deputado Fausto Pinato (PP-SP) - Dispõe sobre a modificação da destinação de contribuições sociais do Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, incidentes sobre as remunerações de motoristas e auxiliares ao Serviço Social do Transporte - SEST e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

O projeto determina que a contribuição social ao Sistema S devida por empresas dos setores comercial e industrial sobre os salários dos motoristas, ajudantes de motoristas e serventes de caminhão contratados poderá ser transferida para o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela rejeição na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CFT - CCJC – Senado Federal.

Regulamentação e linhas de crédito para estímulo à profissionalização do vendedor ambulante

PL 630/2023: apresentado pelo deputado Leo Prates (PDT-BA) - Institui política de regulamentação e linhas de crédito para estímulo à profissionalização do vendedor ambulante e dá outras providências.

O projeto cria mecanismos para regulamentação, bem como linhas de crédito para estímulo à profissionalização do vendedor ambulante

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 10193/2018 que aguarda parecer da relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CDE – CICS – CCJC - Senado Federal.

Dispõe sobre a atividade de comércio ambulante

PL 10193/2018: apresentado pelo ex-deputado Roberto de Lucena (REPUBLICANOS-SP) - Disciplina a atividade de comércio ambulante e dá outras providências

O projeto define a modalidade de atividade de comércio ambulante e estabelece providências como licença para venda em feiras, rodoviárias, os impostos a serem pagos, bem como permite exercício da atividade de comércio ambulante por menores de quatorze anos, desde que durante o contra turno do horário escolar.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer da relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CDE – CICS – CCJC - Senado Federal.

Proíbe que as mercadorias de comerciantes ambulantes sejam confiscadas

PL 3077/2022: apresentado pelo ex-deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG) - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, Lei da Liberdade Econômica, a fim de impedir que comerciantes ambulantes tenham suas mercadorias confiscadas em serviço fiscalizatório.

O projeto busca proibir a que os serviços fiscalizatórios, confisquem mercadorias de trabalhadores ambulantes, desde que lícitas.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 10193/2018 que aguarda parecer da relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Etapas: CTRAB – CDE – CICS – CCJC - Senado Federal.

Garantia da ultratividade das normas estabelecidas em convenções ou acordo

PL 2699/2019 : apresentado pelo ex-deputado Valtenir Pereira (MDB-MT) - Altera o § 3º do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a ultratividade das normas estabelecidas em convenção ou acordo coletivo de trabalho até que sejam modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado ao PL 8112/2017 que aguarda parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) na Comissão de Trabalho (CTRAB)

Etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Intervenção sindical nas dispensas coletivas

PL 230/2023: apresentado pelo deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) - altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a intervenção sindical nas dispensas coletivas

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1/2023 desta Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximas etapas: CTRAB – CCJC - Senado Federal.

Contrato de trabalho intermitente

PL 10576/2018: apresentado pelo deputado Patrus Ananias (PT-MG) - altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o contrato de trabalho intermitente.

O projeto visa proibir a celebração do contrato intermitente por acordo individual, o qual estará condicionado à previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, por meio da assistência sindical no momento de celebração do contrato.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado PL 4132/2012 que aguarda parecer de relator, deputado Bohn Gass (PT-RS) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximas etapas: CTRAB – CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Contratos de terceirização

PL 859/2023: apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) - dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes, revoga os artigos 4°-A, 4°-B, 4°-C, 5°-A, 5°-B, 5°-C, 5°-D, 19-B e 19-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, o art. 2° da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, e o art. 2° da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.

O projeto regula os contratos de terceirização celebrados por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho dele decorrentes.

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda deliberação do parecer do relator, senador Laércio Oliveira (PP-SE), pela rejeição da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Próximas etapas: CAE – CCJ – CAS - Câmara dos Deputados.

Concede competência penal à Justiça do Trabalho

PEC 327/2009: apresentada pelo ex-deputado Valtenir Pereira (MDB-MT) - Modifica o inciso IX e acrescenta os incisos X a XIII ao art. 114, e revoga parcialmente o inciso VI do art. 109 da Constituição da República, para conferir a competência penal à Justiça do Trabalho, especialmente em relação aos crimes contra a organização do Trabalho, os decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, a redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Posicionamento:

Etapas: CCJC – Plenário – Senado Federal.

Reduz o prazo da citação do executado para que ele sofra protesto e inscrição de nome em órgãos de proteção ao crédito, em razão de decisão condenatória na Justiça do Trabalho

PL 2830/2019: apresentada pelo senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) - Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Reduz de 45 para 15 dias o prazo a partir da citação do executado para que ele sofra protesto e inscrição de nome em órgãos de proteção ao crédito, em razão de decisão condenatória na Justiça do Trabalho.

Onde está tramitando: No Senado Federal, a matéria aguarda parecer do relator, senador Rogerio Marinho (PL-RN) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Etapas: CCJ – Plenário - Câmara dos Deputados.

Institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas

PL 537/2019: apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) - Institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas.

Onde está tramitando: No Senado Federal, o projeto aguarda parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Etapas: CAS – Plenário.

Bombas de combustível de autosserviço

PL 2302/2019: apresentado pelo ex-deputado Vinícius Point (NOVO-SP) e outros - Revoga a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000 e permite o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis, em todo o território nacional.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) na apensados Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CME – CCJC – Senado Federal.

Permite 50% das bombas de combustível no modele de autosserviço

PL 5243/2023: apresentado pelo senador Jaime Bagatolli (PL-RO) - Altera a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000, para permitir o funcionamento de até cinquenta por cento de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis.
Onde está tramitando: No Senado Federal, a matéria aguarda designação de relator na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CFTC).
Etapas: CFTC – CI – Câmara dos Deputados.

Bombas de combustível de autosserviço nos finais de semana

PL 271/2022: apresentado pelo senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) - Altera a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000, para permitir o funcionamento de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis em domingos, feriados e dias úteis das 20 (vinte) horas às 6 (seis) horas.
Onde está tramitando: No Senado Federal, a matéria aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).
Etapas: CCJ – CI - Câmara dos Deputados.

Regulamenta a profissão de frentista

PL 3299/2021: apresentado pelo ex-deputado Mauro Nazif (PSB-RO) - Regulamenta a profissão de frentista e dá outras providências.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda inclusão na pauta para votação do parecer do relator, deputado Patrus Ananias (PT-MG), pela aprovação da matéria, com emenda de redação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Etapas: CCJC – Senado Federal.

Desburocratiza atividades de agentes auxiliares do comércio

PL 4625/2016: apresentado pelo Poder Executivo - Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, o Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, o Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, e dá outras providências.
O projeto simplifica as atividades dos auxiliares do comércio e o registro empresarial.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, a matéria está pronta para Pauta no Plenário.
Etapas: Plenário da Câmara dos Deputados – Senado Federal.

Doença ocupacional

PL 3131/2021: apresentado pelo deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para caracterizar como doença ocupacional a contaminação dos comerciários pelo coronavírus.
A proposta busca estabelecer que os casos de contaminação de comerciários pelo coronavírus (Covid-19) serão considerados doenças ocupacionais.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, está apensado ao PL 1113/2020, que está pronta para pauta no Plenário.
Etapas: Plenário da Câmara dos Deputados – Senado Federal.

Exige que comissões pagas a comerciários sejam definidas no contrato de trabalho

PL 7221/2014: apresentado pelo ex-senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) - Acrescenta art. 457-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar as condições para a remuneração dos comerciários vendedores que percebem remuneração à base de comissões.

O projeto estabelece que comissão é parte variável da remuneração do empregado comerciário, cujo percentual será fixado no contrato de trabalho.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)

Etapas: CPASF – CTRAB – CFT – CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados – Senado Federal.

Revoga leis sobre a regulamentação de profissões

PL 3081/2022: apresentado pelo ex-deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG) - Revoga e altera Leis, Decretos-Leis e um Decreto, a fim de desregulamentar profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial.

O projeto revoga decretos-leis a fim de desregulamentar "atividades que não oferecem risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial".

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Etapas: CCJC – Senado Federal.

Identidade profissional do Técnico de Segurança do Trabalho

PL 4454/2020: apresentado pelo deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) - Dispõe sobre o documento de identidade profissional do Técnico de Segurança do Trabalho.

Fica criado o documento de identidade profissional do Técnico de Segurança do Trabalho, de uso obrigatório no exercício da atividade profissional e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais e válido em todo o território nacional.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Etapas: CCJC - Senado Federal.

Revoga dispositivos da CLT sobre entidades sindicais

PL 1663/2023: apresentado pelo deputado Fausto Santos Jr. (UNIÃO-AM) e outros - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O projeto revoga dispositivos da CLT, que tratam dos contratos trabalhistas, como o Direito Coletivo do Trabalho, que trata das entidades sindicais e das questões coletivas trabalhistas.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação no Plenário.

Etapas: Plenário - Senado Federal.

Cria a Aposentadoria Especial para os trabalhadores expostos a agentes físicos, químicos e biológicos

PLP 412/2008: apresentado pelo deputado Cleber Verde (MDB-MA) - "Cria a Aposentadoria Especial para os trabalhadores expostos a agentes físicos, químicos e biológicos em nível acima da tolerância de nocividade à saúde ou de integridade física nas empresas atacadistas, intermediárias do comércio e varejistas de combustíveis."

O projeto cria aposentadoria especial para os trabalhadores expostos a agentes físicos, químicos e biológicos, para trabalhadores das empresas atacadistas, intermediárias do comércio e varejistas de combustíveis.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, está apensado ao PLP 89/2003 aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Etapas: CFT – CCJC - Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Funcionário habilitado para se comunicar na Língua Brasileira de Sinais no comércio

PL 2845/2021: apresentado pelo deputado Dagoberto Nogueira (PSDB-MS) - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para disciplinar a presença de pessoal habilitado para se comunicar na Língua Brasileira de Sinais no comércio.

O projeto estabelece que empresas com mais de 20 empregados que atuam no setor do comércio deverão manter pelo menos um trabalhador capaz de se comunicar por intermédio da Língua Brasileira de Sinais.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, está apensado ao PL 5995/2019, aguarda designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)

Etapas: CPD – CFT - CCJC - Senado Federal.

Direitos do Trabalho

PLP 199/2024 : apresentado pelo deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) - autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de Direito do Trabalho.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator Daniel Almeida (PCdoB-BA) na Comissão de Trabalho (CTRAB)

Próximas etapas: CTRAB – CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Revogação de dispositivos da CLT

PL 3904/2020: apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) - dispõe sobre aprimoramento da transparência e medidas de governança para os Serviços Sociais Autônomos (Senai, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP).

Determina aos Serviços Sociais Autônomos (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest, Senat, Sescoop) a adoção do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de estrutura de governança composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva, observada a paridade de representação patronal, laboral e governamental nesses órgãos.

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Próximas etapas: CCJ – CTFC – Câmara dos Deputados.

Regulamenta a organização sindical

PL 5552/2019: Apresentado pelo deputado Lincoln Portela (PL-MG) - regulamenta o Art. 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado ao PL 6706/2009, que aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximas etapas: CTRAB – CFT – CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados – Senado Federal.

Prestação de contas de sindicatos ao Tribunal de Contas da União

PL 4977/2016: apresentado pelo deputado Alberto Fraga (PL-DF) - Altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O projeto estabelece exigência de prestação de contas de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ao Tribunal de Contas da União.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Etapas: CFT – CCJC - Senado Federal.

Proíbe a dispensa do empregado que concorre a vaga de membro do Conselho Fiscal de sindicato ou associação profissional

PL 6706/2009: apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) - Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
O projeto estabelece proteção contra dispensa de empregados sindicalizados ou associados que se candidatem a cargos de direção ou conselho fiscal em entidades sindicais ou associações profissionais. Vale ressaltar que o projeto conta com mais de 37 projetos apensados, sobre contribuição sindical.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).
Etapas: CTRAB – CFT - CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Institui a liberdade sindical

PEC 29/2003: apresentado pelo ex-deputado Maurício Rands (PT-PE) e outros - Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal.
A Proposta de Emenda à Constituição vai definir diretrizes para as organizações sindicais.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Etapas: CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Prazo para o repasse da contribuição sindical

PL 6688/2009: apresentado pelo ex-senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) - Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para fixar prazo para recolhimento da contribuição sindical.
A matéria estabelece o dia cinco (5) de abril de cada ano como data para o recolhimento da contribuição sindical dos empregados e trabalhadores avulsos.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado José Medeiros (PL-MT), pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição do substitutivo adotado pela CTASP na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
Etapas: CFT - CCJC - Senado Federal.

Contribuição sindical para microempresas

PLP 3/2007: apresentado pelo ex-deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP) - Acrescenta o § 4º ao art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
A matéria dispõe sobre o pagamento da contribuição sindical patronal das microempresas e pequenas empresas.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
Etapas: CFT - CCJC - Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Proíbe a contribuição sindical obrigatória

PEC 305/2013: apresentado pelo ex-deputado Augusto Carvalho (SOLIDARIEDADE-DF) - Dá nova redação ao inciso IV, do art. 8º, e ao caput do art. 149, ambos da Constituição Federal, para extinguir a previsão da contribuição sindical compulsória.
A matéria dispõe sobre o fim do imposto sindical obrigatório.
Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Felipe Francischini (UNIÃO-PR), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 179/2015 e 277/2016, apensadas, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Etapas: CCJC - Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Autoriza a execução extrajudicial dos créditos relativos à contribuição sindical

PL 5945/2013: apresentado pelo ex-deputado Laercio Oliveira (PP-SE) - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A matéria autoriza a execução extrajudicial dos créditos relativos à contribuição sindica. Em caso de falta de pagamento da contribuição sindical.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Aureo Ribeiro (SD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação deste e da Emenda da CTASP na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Etapas: CCJC - Senado Federal.

Assegura repasse de contribuição sindical a centrais

PEC 531/2010: apresentado pelo ex-deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) - Altera dispositivos constitucionais para prever o recebimento pelas centrais sindicais da arrecadação oriunda de parcela das contribuições sindicais.

A matéria assegura o recebimento, pelas centrais sindicais, de parte da arrecadação gerada pelas contribuições sindicais.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Etapas: CCJC – Plenário da Câmara dos Deputados - Senado Federal.

Fixa exigência prévia de autorização para cobrança sindical

PL 4300/2023: apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e outros - Altera o Decreto-Lei nº 5.452/1953 (Consolidação das Leis do Trabalho) para fixar a exigência prévia de autorização dos membros de categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas para fins de cobrança da contribuição assistencial de que cuida o art. 513, "e", do mesmo diploma.

A matéria fixa exigência para contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas, mediante prévia autorização dos respectivos contribuintes, sindicalizados ou não.

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Etapas: CAE – CAS – Câmara dos Deputados.

Elimina a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical

PL 4218/2023: apresentado pelo senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O projeto busca elimina a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical e busca o fortalecimento e legitimidade dos sindicatos;

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Etapas: CCJ - CAE – CAS – Câmara dos Deputados.

Veda a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical

PL 2099/2023: apresentado pelo senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) - Altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados.

O projeto busca vedar a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical obrigatória.

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Etapas: CAS – Câmara dos Deputados.

Prevê a forma de recolhimento das contribuições sindicais

PL 4026/2019: apresentado pelo ex-senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Prevê a forma de recolhimento das contribuições sindicais devidas pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, mas sempre com a autorização prévia, voluntária e individual do trabalhador.

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Etapas: CCJ - CAS – Câmara dos Deputados.

Veda a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical para empregadores não filiados

PEC 46/2023: apresentado pelo senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) e outros - Altera o inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, para vedar, salvo prévia aquiescência individual dos membros das categorias profissionais e econômicas, a cobrança de contribuições de trabalhadores ou empregadores não filiados ao respectivo sindicato.

O projeto veda a cobrança sindical a trabalhadores não sindicalizados.

Onde está tramitando: No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Etapas: CCJ – Plenário do Senado Federal - Câmara dos Deputados.

Dispõe sobre a Organização Sindical

PEC 314/2004: apresentado pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP) e outros - Dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências.

O projeto propõe diretrizes para a organização sindical, atualizando as relações institucionais e a participação dos trabalhadores na estruturação da organização sindical.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Etapas CCJC - Plenário da Câmara dos Deputados – Senado Federal.

Reforma sindical

PEC 196/2019: apresentado pelo ex-deputado Marcelo Ramos (PSD-AM) - Dá nova redação ao art. 8°da Constituição Federal e altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A matéria busca modernizar, amadurecer e constitucionalizar a atividade sindical, criando ainda o Conselho Nacional de Organização Sindical (CNOS), com participação de trabalhadores e empregadores.

Onde está tramitando: Na Câmara dos Deputados, aguarda constituição de Comissão Especial.

Etapas: Comissão Especial – Plenário da Câmara dos Deputados – Senado Federal.

Diretoria

Diretoria Efetiva

Luiz Carlos Motta
Presidente

Eduardo Genner de Sousa Amorim
1° Vice-Presidente

Guiomar Vidor
2° Vice-Presidente

Lourival Figueiredo Melo
Diretor Secretário Geral

Luiz de Souza Arraes
Diretor 1° Secretário

Levi Fernandes Pinto
Diretor Tesoureiro Geral

Márcia Regina R. C. Fernandes
Diretor 1° Tesoureiro

José Ribamar Rodrigues Filho
Diretor de Assuntos Legislativos

Ronaldo Nascimento
Diretor de Relações Internacionais

Leocides Fornazza
Diretor de Formação Sindical

Francisco Soares de Souza
Diretor de Assuntos Jurídicos

Leonardo Luiz de Freitas
Diretor de Previdência e Seguridade Social

Ronildo Torres A lmeida
Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos

Maria Bernadete Lira Lieuthier
Diretor de Políticas para Mulheres

Hildemar de Jesus Nina
Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho

Márcio Luiz Fatel
Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude

Alessandro Jair dos Reis
Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho

Saulo Silva
Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Ivan Duarte Pereira
Diretor de Imprensa e Comunicação Social

Severino Ramos de Santana
Diretor de Políticas de Qualificação Profissional

Valter Adalberto
Diretor de Políticas Econômicas

Diretoria Suplente

Carlos Dionísio de Moraes
Suplente

Paulo Guarda Iupede Siqueira
Suplente

Maria da Conceição Sousa Quaresma
Suplente

Edson Geraldo Garcia
Suplente

José Martins dos Santos
Suplente

Rivaldo Morais da Silva
Suplente

Luan de Oliveira Almeida
Suplente

Carlos Alberto Malta da Silva
Suplente

Rodrigo Pereira Melo
Suplente

Flávio Bonifácio Pinto
Suplente

José Carlos Pavão Diniz
Suplente

Rosineide da Silva Fernandes de Lima
Suplente

Washington Aquino de Miranda
Suplente

Walter Freire dos Santos
Suplente

Cristiane Colombo
Suplente

Maria Euridéia Mendes
Suplente

Carlos Alves dos Santos
Suplente

Laércio Camilo Coelho
Suplente

Nilson Airton Laucksen
Suplente

Luiz José Gila da Silva
Suplente

Osanan Gonçalves dos Santos
Suplente

Diretoria

Conselho Fiscal

Jair Francisco Mafra
Conselho Fiscal Efetivo

Helena Ribeiro da Silva
Conselho Fiscal Efetivo

José Alves Paixão
Conselho Fiscal Efetivo

Gilvan Macedo
Conselho Fiscal Suplente

Elizabete Prataviera
Conselho Fiscal Suplente

Rosane Simon
Conselho Fiscal Suplente

Anotações

Anotações

CNTC

Somos todos nós

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

Siga, informe-se, curta e compartilhe!

@cntc.brasil @cntc.brasil @cntc.brasil